

Mariátegui e as especificidades da luta de classes latino-americana: as questões da raça e do latifúndio

Leandro Galastri*

Resumo:

Este texto demonstrará a forma como o pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui analisa concretamente, de uma perspectiva classista e anticapitalista, dois dos principais problemas que se colocam na base da luta de classes peruana e latino-americana no início do século XX: a) a articulação retroalimentadora entre exploração da força de trabalho e racismo; b) a concentração fundiária em dois níveis na formação social peruana, como exploração monopolista da terra e como permanência de relações servis pré-capitalistas. Por fim, conclui-se pela pertinência e atualidade do pensamento de Mariátegui, sugerindo-se o estudo permanente de sua obra e a aplicação de suas ideias no campo da luta anticapitalista latino-americana.

Palavras-chave: Mariátegui; socialismo indo-americano; luta de classes; América Latina.

Mariátegui and the Specificities of the Latin American Class Struggle: The Questions of Race and Large Landholdings

Abstract:

This article discusses how the Peruvian Marxist thinker José Carlos Mariátegui analyzes concretely, from a classist and anti-capitalist perspective, two of the principal problems related to the Peruvian and Latin American class struggle at the beginning of the 20th century: 1) the feedback between the exploitation of the labor force and racism; 2) land concentration at two levels in Peruvian society, as the monopolistic exploitation of land and as the persistence of servile pre-capitalist labor. Finally, it concludes by discussing the pertinence and timeliness of Mariátegui's thought, recommending the study of his work and the application of his ideas to the Latin American anti-capitalist struggle.

Keywords: Mariátegui, indo-American socialism; class struggle; Latin America.

O objetivo deste texto é verificar como algumas das principais ideias do pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui podem ser aplicadas na análise

* Doutor em Ciência Política. Professor de Ciência Política da Unesp/Marília-SP, Brasil. Autor de *Gramsci, marxismo e revisionismo*, Campinas: Autores Associados, 2015. Integrante dos comitês editoriais da revista *Novos Rumos* e do blog *Marxismo21*. End. eletrônico: leandrogalastri@gmail.com

concreta da luta de classes latino-americana, principalmente em torno dos temas da raça e da concentração fundiária. Primeiramente, apontamos os elementos centrais do documento “A questão das raças na América Latina”, de autoria principal de Mariátegui e apresentado por representantes do Partido Socialista Peruano na I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada na Argentina, em 1929. Apesar do título, literalmente circunscrito à questão racial, o problema da terra está presente no documento em pauta, sendo organicamente vinculado à questão indígena. Na sequência, mobilizamos os argumentos de Mariátegui nesse documento para focalizar especialmente a questão da propriedade da terra, num debate breve com as concepções de Lênin sobre o tema. O texto se encerra com breves observações sobre a atualidade do autor e a pertinência de seus escritos para se pensar a América Latina hoje.

José Carlos Mariátegui e a questão das raças na América Latina

O objetivo deste tópico é apresentar as ideias principais e a forma como Mariátegui aborda a questão indígena na América Latina como um todo e no Peru em particular. A principal referência teórica aqui é o documento chamado justamente “El problema de las razas en la América Latina”, preparado por Mariátegui para ser apresentado na “Primera Conferencia Comunista Latinoamericana”, realizada em Buenos Aires em junho de 1929. Devido a problemas de saúde, o autor não pôde ir até a Argentina apresentar pessoalmente suas teses, tarefa que confiou a representantes do Partido Socialista Peruano. Os problemas dos quais trata o autor fazem parte da conjuntura peruana das décadas de 1910 e 1920, mas muitos deles permanecem inalterados até hoje, como a concentração fundiária, a exploração intensa da mão-de-obra indígena e a submissão ao capital financeiro dos países centrais, somados ao renitente fenômeno do racismo contra a população de etnias indígenas.

Mariátegui abre o texto lembrando que o problema das raças, de igual forma que o problema da terra, demanda a liquidação da feudalidade. Com relação à questão da raça, o autor observa que os preconceitos relativos à suposta inferioridade do indígena permitem ao colonizador explorá-lo mais intensamente. Ou seja, o preconceito da inferioridade da raça indígena justifica uma exploração máxima de sua força de trabalho (Mariátegui, 1974: 25).

Para os gamonales¹ o problema índio é étnico, cuja solução depende do cruzamento com as raças brancas superiores (Mariátegui, 1974: 25). Para Mariá-

¹ “Gamonales” eram os latifundiários peruanos da região serrana, principalmente, que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, muito parecido com a forma feudal, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como o problema da “feudalidad” peruana.

tegui, é o problema de sua pobreza, da inferioridade material e cultural à qual são submetidos. Ao mesmo tempo, é interessante observar quais eram as vantagens materiais imediatas, para o capital, da manutenção do indígena nas condições em que se encontrava. Lembra o autor que, para o imperialismo inglês ou norte-americano, o valor econômico dessas terras seria muito menor se não houvesse ali uma população indígena atrasada e miserável a qual pudessem explorar de forma extrema. A história da indústria açucareira peruana mostraria como sua utilidade e sua viabilidade econômica repousavam no baixíssimo preço da mão de obra indígena, ou seja, na miséria dos trabalhadores braçais indígenas. A produção açucareira peruana não tinha condições técnicas de concorrer com a produção de outros países, então a vantagem comparativa de que se valia era justamente o baixíssimo valor da mão de obra.

O capital estrangeiro também se servia da classe feudal para explorar em seu proveito essas massas camponesas. Mas a incapacidade tradicional desses latifundiários locais para cumprir a função de chefes de empresa capitalista era tal que aquele capital se via obrigado a tomar a administração da produção em suas próprias mãos. Era o que ocorria naquele momento, com a indústria açucareira do litoral sendo monopolizada, em parte, diretamente pelo capital inglês e alemão (Mariátegui, 1974:27).

Reportando-se diretamente à questão racial, Mariátegui sustenta que os elementos feudais ou burgueses da América Latina sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que o imperialista branco, o que favorece enormemente a penetração do próprio imperialismo. Tal sentimento se estenderia às classes médias, pelo menos em grande parte, que imitam a aristocracia e a burguesia em seu desdém pela “plebe de cor”, ainda que sua própria mestiçagem seja demasiado evidente. Ainda quanto aos nativos indígenas camponeses, nas palavras de Mariátegui, as condições para que se elevem material e intelectualmente dependem de mudanças das condições econômico-sociais, nas relações de força e de dominação dos âmbitos da economia e da política (Mariátegui, 1974: 31).

O problema das raças não se apresenta da mesma forma em todos os países da América Latina, da mesma forma que em outros países do mundo a variável “raça” não terá a mesma relevância. Observa o autor que, em países como Peru e Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, seus problemas fundamentais se tornam as reivindicações sociais e populares dominantes. Para Mariátegui, nesses países o fator “raça” se combina, se entrelaça com o elemento “classe” de forma tal que uma política revolucionária não pode deixar de levá-lo em consideração. O índio quéchua e aymará vê seu opressor no branco (Mariátegui, 1974: 31).

Um dos fatores que separava o camponês indígena do proletariado urbano, no Peru, era o idioma. Isto, no entanto, poderia ser superado pelo contato dos camponeses com os trabalhadores, o proletariado indígena. Na cidade, no ambiente operário de agitação proletária, o índio poderia começar a assimilar a ideia revolucionária, a se apropriar dela, a entender seu valor como instrumento de emancipação de sua raça, oprimida pela mesma classe que explora todos os operários na fábrica. Neste operário, o índio descobre um potencial “irmão” de classe. Argumenta Mariátegui que o realismo de uma política socialista segura, precisa na avaliação e utilização dos fatos e variáveis sobre os quais é seu dever atuar em seus países, pode e deve converter o fator raça em elemento revolucionário.

Em determinado momento do texto Mariátegui apresenta, em termos gerais, a situação material da classe trabalhadora peruana. Observa então que (naquele momento histórico do Peru) não menos que 90% da população indígena considerada trabalhava na agricultura, embora o desenvolvimento da mineração tivesse atraído em números crescentes a mão de obra indígena. Uma parte dos operários continuaria, entretanto, camponesa (Mariátegui, 1974: 34). Tratava-se de índios de comunidades que passavam a maior parte do ano nas minas, mas que retornavam para suas terras nas épocas do trabalho agrícola. Os camponeses fixos à terra permaneciam, em grande parte, como trabalhadores em suas terras comunitárias, mas sendo obrigados também a trabalhar para o latifundiário local. Em algumas regiões, as comunidades indígenas conservavam parte de suas terras, mas em proporção exígua para suas necessidades, de modo a serem obrigados a trabalhar para o latifundiário (Mariátegui, 1974: 35). Estes proprietários latifundiários, donos de enormes extensões de terras e em grande parte improdutivas, não tiveram interesse, em muitos casos, em expulsar as comunidades de suas propriedades tradicionais porque estas, anexas à fazenda, facilitariam o emprego do trabalho dos índios, podendo assim o latifundiário contar com mão de obra constante, barata e segura.

De toda forma, é a mineração que criava (ainda cria nos dias de hoje) a maior parte do trabalho assalariado no Peru. Paga salários baixos, mas ainda assim muitas vezes superiores ao pagamento pelo trabalho nas fazendas. Mariátegui se refere aqui da mineração de cobre, com predomínio de capital estadunidense. As empresas se aproveitavam das atrasadas condições do indígena, principalmente em termos de analfabetismo e ausência de organização trabalhista².

² A luta indígena, entretanto, não era inexistente. De toda forma, na maioria dos casos, as sublevações dos índios tinham como origem uma violência que os forçava eventualmente à revolta contra uma autoridade ou um fazendeiro. Ou seja, levantes com características de motim local. A tensão e a possibilidade de levantes amedrontavam os gamonales e eram reprimidas violentamente.

No caso das regiões serranas, a reivindicação do índio pela terra não se dava na forma de reivindicação da pequena propriedade privada, mas na forma da organização do trabalho comunitário e coletivo. Isso em relação ao indígena submetido ao latifundiário serrano, sobre a base do trabalho servil: “as comunidades que demonstraram surpreendentes condições de resistência e persistência sob as mais difíceis condições de opressão representam, no Peru, um fator natural de sociabilização da terra” (Mariátegui, 1974: 35). A recuperação das terras do latifúndio para as comunidades indígenas seria a solução que o problema agrário reclamava na região da serra. Já nas fazendas costeiras, exploradas diretamente pelos seus proprietários por meio de trabalhadores “enganchados”³ a partir da serra, a quem faltava, nesse caso, o vínculo com a terra, os termos da luta eram diferentes. As reivindicações pelas quais, segundo Mariátegui, se deveria trabalhar nesse caso eram: liberdade de organização, supressão do “enganche”, aumento dos salários, jornada de oito horas e cumprimento das leis de proteção do trabalho (Mariátegui, 1974: 43).

Havia ainda a necessidade de uma progressiva educação ideológica das massas indígenas, e aqui era necessária a intercessão, a intervenção da vanguarda operária urbana. Para o autor, tal vanguarda disporia daqueles elementos militantes de raça indígena que, nas minas ou centros urbanos, particularmente nesses, entrariam em contato com o movimento sindical e político. Era comum, segundo observa Mariátegui, que operários procedentes do meio indígena regressassem de forma provisória ou definitiva à sua comunidade. O idioma permitiria a esses trabalhadores cumprir eficazmente a missão de instrutores de “seus irmãos” de raça e de classe. Os camponeses entenderiam apenas, adverte Mariátegui, os indivíduos pertencentes ao seu meio e falantes de seu idioma, desconfiados que sempre estarão a respeito dos brancos e dos mestiços. Estes, segundo o autor, “difícilmente assumirão a árdua tarefa de penetrar no meio indígena e de levar a este meio a propaganda classista” (Mariátegui, 1974: 44).

De que forma poderiam cumprir essa missão educadora os elementos indígenas do proletariado? Criando e incentivando entre os indígenas meios de autoeducação, ou “a leitura regular de órgãos do movimento sindical e revolucionário da América Latina, de seus opúsculos, etc.” A correspondência com os companheiros dos centros urbanos era uma outra forma de comunicação que poderia ser incentivada. Todos esses seriam meios pelos quais o trabalho de autoeducação indígena poderia ser levado a cabo com êxito.

³ O “enganche” é a prática por meio da qual o latifundiário monocultor da costa contrata, temporariamente, trabalhadores camponeses da região serrana, no período da entressafra desta. Esses camponeses, já explorados pelo latifundiário “gamonal” da serra, passam parte do sendo explorados pelos latifundiários capitalistas da costa.

Os militantes indígenas do movimento operário precisavam, assim, dar toda sua atenção a certas tarefas, nas quais deveriam ter sempre atuação principal e dirigente. Essas tarefas, ainda a se somar com as elencadas acima, seriam:

a coordenação de comunidades indígenas por regiões; ajuda aos que sofrem perseguição da justiça e da polícia (os processados por resistências de todo tipo contra os gamonales); a defesa da propriedade comunitária, a organização de pequenas bibliotecas e centros de estudo” (Mariátegui, 1974: 45).

A ênfase na condução dessas atividades pelos militantes indígenas do movimento operário deveria ter o “duplo objetivo” de dar diretivas sérias à educação e orientação classista dos indígenas. Tais tarefas imediatas deveriam levar em conta, em primeiro lugar, o proletariado mineiro e o proletariado agrícola, a quem cumpria dar imediatamente a educação formal sobre bases socialistas e instigar à organização: “os centros mineiros [...] constituem pontos onde se pode operar, vantajosamente, a propaganda classista” (Mariátegui, 1974: 46). Lembra Mariátegui que, como os indígenas das minas continuavam sendo camponeses em grande parte, cada elemento conquistado entre eles era também um elemento conquistado entre os camponeses.

O autor enfatiza então que o problema, a questão indígena, não é racial em seu sentido biológico, literal, mas social e econômico, é o problema da marginalização social imposta às etnias indígenas (o que hoje, como à época, é uma afirmação óbvia, mas que infelizmente ainda necessita ser enfatizada). Mas a raça exerce seu papel nas possibilidades e necessidades de enfrentá-lo, principalmente enquanto apenas militantes saídos do meio indígena poderiam, pela mentalidade e idioma, conseguir uma influência eficaz e imediata sobre seus companheiros. Sobre isso, Mariátegui é assertivo:

O realismo de uma política revolucionária, segura e precisa, na avaliação e utilização dos fatos sobre os quais deve atuar nesses países em que a população indígena ou negra tem proporções e um papel importante, pode e deve converter o fator ‘raça’ em um fator revolucionário. É imprescindível dar ao movimento do proletariado indígena ou negro, agrícola e industrial, um caráter claro de luta de classes” (Mariátegui, 1974: 46).

Nesses países, as raças indígenas, especificamente, constituíam e ainda constituem uma imensa camada social submetida a uma situação de subalternidade duplicada: como explorados e como não-brancos, essa segunda condição intensificando a primeira. As classes dominantes exploram as contradições geradas pelo racismo, elevando a intermediários de sua exploração elementos mestiços nos quais o racismo e a repulsa pelos seus ascendentes nativos são incentivados.

É necessário levar em consideração que a luta de classes, realidade primeira que é reconhecida pelos partidos e movimentos operários, se reveste de inevitáveis características especiais quando a imensa maioria dos explorados é constituída por uma raça, e os exploradores pertencem quase que exclusivamente a outra.

Em determinado momento do texto há uma passagem importante em que Mariátegui lembra dos pressupostos relativos à viabilidade de se desenvolver uma eficaz luta classista pelas camadas indígenas da população. Trata-se da observação de que o VI Congresso da Internacional Comunista havia já assinalado a possibilidade, para povos de economia rudimentar (agrária, “primitiva” do ponto de vista do capital) de iniciar diretamente uma organização econômica coletivista, sem passar pela penosa evolução capitalista por qual outros povos já haviam passado. Para Mariátegui, a população nativa incaica era a que reunia as condições mais favoráveis para o “comunismo agrário primitivo”. Essas condições teriam subsistido em estruturas concretas e em um “profundo espírito coletivista” daquela população. Esse “comunismo agrário primitivo” deveria se transformar então, “sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista” (Mariátegui, 1974: 68).

Por fim, ao cabo do texto, apresenta-se um conjunto geral de propostas para solucionar a questão racial de base classista na América Latina:

- 1) Luta por terra para os que nela trabalham, expropriada sem indenização.
 - a- Latifúndios de tipo primitivo: fragmentação e ocupação por parte das comunidades adjacentes e pelos trabalhadores agrícolas que as cultivam, possivelmente organizados de forma comunitária ou coletiva.
 - b- Latifúndios de tipo industrializado: ocupação pelos operários agrícolas que neles trabalham, organizados de forma coletiva.
 - c- Os parceiros proprietários que cultivam suas terras permanecerão em propriedade das mesmas.
- 2) Formação de organismos específicos: sindicatos, ligas camponesas, blocos operários e camponeses.
 - a- Ligação dos mesmos, superando os preconceitos raciais, com as organizações urbanas.
 - b- Luta do proletariado e do campesinato indígena ou negro pelas mesmas reivindicações que constituem o objetivo de seus irmãos de classe pertencentes a outras raças.
 - c- Armamento de operários e camponeses para conquistar e defender suas reivindicações.

- 3) Derrogação de leis onerosas para o índio ou o negro, como os sistemas feudais escravistas, a conscrição viária⁴, o recrutamento militar, etc.

Apenas a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco, contra o regime feudal e capitalista pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais índias (e especialmente das instituições de tendências coletivistas) e poderá criar a ligação entre os índios de diferentes países, por sobre as fronteiras atuais que dividem antigas entidades raciais, conduzindo-as à autonomia política de sua raça (Mariátegui, 1974: 68).

Importante atentar para o fato de que a passagem acima divisa um internacionalismo típico da América Latina, ou seja, aquele relativo à proximidade de interesses e condições sociais das raças indígenas prevalentes aqui. Por mais que essas “raças” sejam formadas por diferentes etnias, há um forte fator dialético de unificação, que é a exploração de sua mão de obra em bases racistas, pelas formas específicas de constituição do capitalismo latino-americano. Mariátegui, a julgar por seu legado teórico e político, manteve sempre em mente a possibilidade desta unificação dialética das lutas dos povos ameríndios, uma unidade a ser forjada concretamente, no âmbito da luta de classes cotidiana contra inimigos históricos comuns: o capital, o imperialismo e o racismo.

Mariátegui e a tradução latino-americana do leninismo: o problema da propriedade da terra

Relevantes trabalhos recentes na universidade e no mercado editorial brasileiro têm demonstrado os elementos originais do que seria o marxismo “heterodoxo” de Mariátegui em seu contexto latino-americano. O objetivo deste item é chamar a atenção para o fato de que dimensões importantes dessa originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do marxismo “ortodoxo” levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método leninista de adaptar a teoria marxiana para as condições concretas de formações sociais específicas sem descurar de seu caráter revolucionário.

⁴ A conscrição viária se tornou uma espécie de serviço “civil” obrigatório, alternativo à conscrição militar, no qual a mão de obra de jovens camponeses indígenas era utilizada para a abertura e construção de estradas pelo interior peruano, cuja finalidade principal era facilitar o escoamento para o litoral da produção agrária e mineira do capital monopolista no Peru.

É adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que ele chamará atenção para o problema específico da exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Em sua opinião, o marxismo é a única concepção teórica que pode conferir um sentido moderno e construtivo para a causa indígena, elevando-a a um plano de política criadora e realista com base em sua própria condição social e econômica (Mariátegui, 1974: 188). Aqui, por exemplo, Mariátegui demonstra uma interessante afinidade com as reflexões de Lênin a respeito da união operário-camponesa sob a hegemonia dos primeiros. Observa que a causa indígena “conta com a vontade e a disciplina de uma classe que faz hoje sua aparição em nosso processo histórico: o proletariado” (Mariátegui, 1974: 188). Para Del Prado (Choy et al., 1970: 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais do proletariado peruano, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quéchua e aymara que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodozeiras do litoral.

Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o Partido Bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lênin o mérito principal de sua condução (Mariátegui, 1977: 213).

Nesse momento pode ser interessante um exercício teórico, ainda que breve, sobre o modo de proceder à análise de suas respectivas realidades concretas, por Lênin e Mariátegui. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode ser uma ilustração sistemática da afinidade político-teórica entre os dois revolucionários ou, mais especificamente, da perspectiva leninista de Mariátegui a respeito da tradução dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁵ e o proeminente elemento

⁵ “Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o demos urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível” (Mariátegui, 1979: 47).

étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daqueles campesinato e proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo da luta classista. Vejamos como cada autor analisa sua própria conjuntura.

a. Um rápido esboço sobre Lênin e a questão agrária russa

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra* em 1901 (Lênin, 1975: 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado fora o retorno à semi-servidão, proletarização da maioria e formação, a partir de uma minoria de kulaks, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar da primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário socialdemocrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (Lênin, 1975: 464-473).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (Lênin, 1976: 164-165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (Lênin, 1976: 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital é uma luta socialista (Lênin, 1976: 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do programa bolchevique para a solução do problema agrário apresentada no IV Congresso do POSDR (Lênin, 1976: 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da socialdemocracia russo daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo “Emancipação do trabalho”) e Riazanov (Grupo “Borbá”).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos “terratenientes”), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (Lênin, 1976: 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado, a alteração das formas de exercício de seu poder, não podem, em todo caso, ser subestimadas: “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (Lênin, 1976: 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov⁶, Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retráida e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazer concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (Lênin, 1976: 216). Embora esteja pensando especificamente na propriedade operária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização parcial da propriedade

⁶ Representante de uma das correntes internas da socialdemocracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais, e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta parcial contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta parcial contra o imperialismo. Nesse raciocínio, “parcial” significa precisamente agir de forma conciliatória com os inimigos de classe e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

b. Mariátegui e a questão agrária no Peru

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão estratégica mais ampla, para Lênin tanto quanto para Mariátegui, era estabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista⁷.

O autor apresenta uma composição de classes que descrevia em geral as populações americanas pré-independência e constituía um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (Mariátegui, 1979: 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comerciantes que dispunha de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os “villanos”, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, era a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesão e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extra social (Mariátegui, 1979: 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes, os uniram no interesse

⁷ Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíram um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pelos movimentos nacionais de independência. As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixavam intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulavam suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (Idem). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru.

Ao mesmo tempo que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabam realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle desses. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (Mariátegui, 1979: 49).

Com base na constatação de que no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinário de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (Mariátegui, 1972: 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, desenvolvimento e proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do “ayllu”, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de converter-se gradualmente em organização do Estado socialista moderno (Mariátegui, 1972: 110).

Em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão

massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (Mariátegui, 1972: 111). Ou seja, percebe-se a clara preocupação do autor com a concretização da unidade trabalho-educação numa perspectiva classista, unidade que não se daria nos moldes funcionais ao capital, para a exploração de mão-de-obra barata após um ciclo escolar voltado à instrução técnica para um mercado de trabalho precarizado, mas, ao contrário, uma educação que encarnaria os ideais da Praxis no sentido da III tese sobre Feuerbach⁸.

Conclusão: por que Mariátegui?

José Carlos Mariátegui considerou sempre, desde que se reconheceu como um pensador marxista (notadamente na última década de vida), a necessidade da organização política e do desenvolvimento de uma consciência socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos.⁹ Viveu, pensou e escreveu absorvido pela necessidade premente de se criar as condições materiais e simbólicas para a revolução socialista no Peru. Foi assim que nos legou, aos latino-americanos, passagens essenciais da história de nosso pensamento crítico a respeito do imperialismo, da luta de classes com as especificidades dessa região do mundo, da importância da assimilação dos costumes e tradições da organização social própria dos indígenas camponeses na construção do socialismo, entre outras reflexões originais. Enxergou no marxismo o caminho teórico e político para a realização

⁸ “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*” (Marx e Engels, 2007: 533).

⁹ A tal tarefa se entregava por meio de, entre outras atividades, suas conferências sobre a crise mundial proferidas no âmbito da Universidade Popular Gonzalez Prada, principalmente nos anos de 1923 e 1924. Tratava-se de escolas noturnas para trabalhadores montadas a partir de 1921 pela Federação Estudantil Peruana, sob a orientação do então líder estudantil Haya de La Torre. Sua organização fundamentava-se no princípio de que o proletariado deveria ser conscientizado social e politicamente através da ação docente de intelectuais. Mariátegui, convidado por Haya a colaborar nas UPGP, anos antes do rompimento entre os dois, aceitara a sugestão de ministrar cursos aos trabalhadores sobre os movimentos operários na Europa e no Peru, sobre as revoluções russa, alemã e mexicana e sobre aspectos da crise europeia do pós-guerra (Belloto et al., 1982).

de tais intentos, e no pensamento e prática de Lênin¹⁰ as maneiras para se realizar a necessária e dialética tradução dos princípios do materialismo histórico para as lutas proletárias e camponesas latino-americanas¹¹. Por tudo isso convém estudar e pesquisar a obra de Mariátegui. Convém difundir seu pensamento entre os lutadores sociais desse canto do globo. Convém, inclusive, mais especificamente, que o conjunto de sua obra seja submetida a estudos contínuos e cada vez mais aprofundados por parte do marxismo latino-americano de língua portuguesa.

Bibliografia

- BECKER, Marc (2006). Mariátegui, the Comintern, and the indigenous question in Latin America. *Science and Society*, vol. 70, n. 4, October.
- BELLOTO, Manuel L.; CORREA, Anna M. M. Introdução (1982). In: BELLOTO, Manuel L.; CORREA, Anna M. M. (orgs.), *Mariátegui*. São Paulo: Ática.
- CHOY, Emilio et al (1970). *Lenin y Mariátegui*. Lima: Amauta.
- GALASTRI, Leandro (2015). Mariátegui e a tradução latino-americana do leninismo. In: DEO, Anderson. et al. (orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária.
- _____ (2007). O antiimperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui. *Cadernos Cemarx*, n.4, Campinas, IFCH/Unicamp.
- LÊNIN, Vladimir (1987). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- _____ (1976). *Obras Escogidas (tomo III)*. Moscou: Editorial Progreso.
- _____ (1975). *Obras Escogidas (tomo I)*. Moscou: Editorial Progreso.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1979). *Siete Ensayos de interpretacion de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho.

¹⁰ Em outubro de 1928, Mariátegui é encarregado pelo Comitê Organizador do Partido Socialista Peruano de redigir o seu programa, que será aprovado pelo Comitê Central no início de 1929. Assim, pouco mais de um ano antes de sua morte, Mariátegui é suficientemente claro quanto ao caráter político-ideológico que deveria, a partir de então, servir de guia ao recém-fundado PSP. No 4º parágrafo, escreve: "O capitalismo se encontra em seu estágio imperialista. É o capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, da pilhagem dos mercados e das fontes de matérias primas. A práxis do socialismo marxista neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e dos monopólios. O Partido Socialista do Peru o adota como método de luta" (Mariátegui, 1974: 160).

¹¹ A breve demonstração da proximidade das considerações de ambos com relação à questão agrária e camponesa feita neste trabalho procura dar um exemplo disso.

_____ (1976). *Defensa del marxismo*. Lima: Amauta.

_____ (1974). *Ideología y política*. Lima: Amauta.

_____ (1972). *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.